





O presente relatório foi elaborado nos termos do decreto-lei n.º 54-A/92, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e retrata a execução orçamental e patrimonial, evidenciada nos Documentos de Prestação de Contas (DPC), relativos à Gerência do exercício financeiro do ano de 2016.

Dada a crise económica e financeira que se instalou em Portugal, com maior incidência entre o período de 2009 a 2013, com graves consequências para todos os agentes económicos e famílias, o Município do Seixal não ficou imune, tendo desenvolvido um Plano de Consolidação Orçamental, em 2013.

Decorridos três anos da sua execução, (2014, 2015 e 2016), verificamos que o Município do Seixal recuperou o seu normal equilíbrio financeiro, tendo ultrapassado os principais objetivos estabelecidos no PCO, com maior relevo para a sua capacidade de redução de dívida e em simultâneo proceder aos necessários e indispensáveis investimentos, sem recurso a crédito, para uma melhoria de condições de trabalho dos trabalhadores, das condições de vida de toda a população do Concelho do Seixal e disponibilizar a todos os visitantes o usufruto do bem-estar e prazer de visitar um Concelho de referência Nacional.

O Município do Seixal, ao contrário do que estava previsto no PCO, nos últimos dois anos, para além de não aumentar a taxa de IMI, decidiu proceder à sua redução, com impacto direto na sua receita, mas com consequência favorável na população.

O Município do Seixal, no âmbito da salvaguarda dos seus interesses, e como consequência do trabalho que vem desenvolvendo, ao qual não é alheio às instituições financeiras, tem vindo a demonstrar capacidade de negociação, cujo resultado foi a redução bastante significativa dos encargos a suportar no âmbito dos empréstimos do PCO, tendo renegociado por duas vezes os seus juros e encargos (2015 e 2016) alcançando popupanças estimadas em 9,5M€.

No final do exercício, a dívida total ascendia a 68,8M€, registando uma diminuição de 11,3M€, significando menos 14% em relação à dívida existente em 2015. Ainda tendo como referência o exercício de 2012, o Município do Seixal evidenciou uma redução de dívida, na ordem dos 35,9 M€ (excluindo FAM e custos diferidos de rendas)

Outro dado importante, é o resultado líquido alcançado em 2016. O Município do Seixal apresenta um Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de 16.449.571€, o que configura pelo 7º ano consecutivo, exercícios onde os Proveitos superam os Custos, demonstrando uma consolidação crescente da situação económica e financeira da Câmara Municipal do Seixal.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM), justamente contestado pelas autarquias e pelo Município do Seixal.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de 650.000.000,00€, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000,00€.

No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de imputação do valor da contribuição global, de 325.000.000,00€, a cada Município.

A contribuição total do Município do Seixal, para o FAM é de 3.622.159,39€.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro.

Assim sendo, o Município do Seixal, no decorrer do exercício de 2016, realizou mais 517.451,00€, do capital subscrito. Sendo que o montante remanescente, ou seja 2.587.257,39€, está devidamente evidenciado nas demonstrações financeiras. No entanto, o Orçamento do Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, esclareceu que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total.

Considerando o exposto, a contribuição do Município do Seixal, está devidamente evidenciada nas demonstrações financeiras, no entanto, na análise da evolução da dívida global esta contribuição é excluída.

No âmbito das conclusões do Relatório de Auditoria Orientada ao Endividamento do Município do Seixal, apresentadas pelo Tribunal de Contas, foi deliberado em reunião de câmara de 02 de fevereiro de 2017, e remetido para conhecimento à Assembleia Municipal, em 09 de fevereiro de 2017, um parecer técnico elaborada pela Professora Doutora Ana Calado Pinto, onde ficou evidenciado que no referente ao sistema de normalização contabilística não existem certezas absolutas e quanto ao âmbito da sua aplicação, ficou estipulado solicitar à CNC – Comissão de Normalização Contabilística, para efeitos do enquadramento dos contratos de arrendamento dos Serviços Centrais e Operacionais, saber se se aplica a norma 4 – das concessões – ou norma 6 – das locações.

O Tribunal de Contas em relação aos contratos de arrendamento, procedeu à seguinte recomendação:

“serem adotados procedimentos de contabilização que, futuramente, nos termos do SNC-AP, assegurem o adequado reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos e dos passivos financeiros associados aos denominados contratos de arrendamento com opção de compra dos dois edifícios, de modo a tornar o relato financeiro conforme às normas contabilísticas aplicáveis, melhorar a sua fiabilidade, compreensibilidade e garantir a respetiva neutralidade”.

Considerando que o regime contabilístico, ao qual os Municípios estão vinculados, atualmente em vigor continua a ser o POCAL, e que nos contratos de arrendamento dos serviços centrais e operacionais, constam direitos de opção de compra, a serem exercidos pelo Município do Seixal, em momentos pré-determinados.

Considerando um aprofundamento do conteúdo dos contratos, e reconhecendo que é necessário não ignorar o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, importa analisar um conjunto de condições do contrato.

Considerando que a indicação do ROC da Câmara Municipal do Seixal, passa por refletir nas demonstrações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2016, o valor a suportar com as rendas até ao momento em que o Município pode exercer opção de compra, ou seja, não proceder ao registo nas demonstrações financeiras de todo o valor a pagar até final do contrato, pelos motivos invocados no parecer técnico acima referenciado. No entanto não deixamos de registar o valor por pagar até ao momento em que podemos exercer as opções de compra, pelo que este registo foi evidenciado nas presentes demonstrações financeiras, através do aumento de custos diferidos, correspondentes ao valor das rendas a pagar até ao período em que o Município pode exercer aquelas opções, conforme estipulado nos contratos (SOCMS – Julho de 2017 e SCCMS – Setembro de 2017). No sentido de não distorcer a real dívida do Município, na análise financeira, é sempre tida em conta que se trata de um custo diferido e não de uma dívida.

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

Através da contabilidade orçamental, são evidenciados os registos da execução da receita e da despesa do Município, permitindo controlar a execução do orçamento corrente e de anos futuros.

Para a presente análise, foram considerados os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, tendo como ponto de partida o orçamento inicial, no valor global de 81,5M€, conforme quadro abaixo:

Designação	Receita	Despesa
Corrente	78.459.311	62.734.299
Capital	3.040.689	18.765.701
Total	81.500.000	81.500.000

No decurso de 2016, foram realizadas várias alterações ao orçamento por necessidades evidenciadas pelas diversas unidades orgânicas, sem qualquer impacto no valor global do orçamento e duas revisões ao orçamento que originaram um aumento do orçamento inicial, na ordem dos 42,4M€.

O aumento do orçamento resultou essencialmente dos ajustamentos das seguintes rubricas:

- Saldo da gerência anterior – Inclusão de 8,9M€;
- Empréstimos (renegociação do spread) – 31,3M€
- Venda de bens de investimento – 1M€
- Transferências Capital (projetos participados) – 1,2M€

Após as modificações orçamentais, ocorridas durante o ano, o orçamento evidenciou os seguintes montantes:

Designação	Receita	Despesa
Corrente	78.461.311	65.787.653
Capital	36.529.851	58.114.810
Saldo Gerência	8.911.301	
<b>Total</b>	<b>123.902.463</b>	<b>123.902.463</b>

## ANÁLISE DA RECEITA

### Execução Orçamental da Receita

A receita total arrecadada, no decorrer do ano de 2016 situou-se em 128,9M€, revelando um grau de execução de 104%. No entanto, não considerando os 31,2M€ na previsão orçamental, referentes aos passivos financeiros, no âmbito da substituição dos empréstimos do PCO – Plano de Consolidação Orçamental, e os 8,9M€ do Saldo da Gerência Anterior, teríamos um grau de execução na ordem dos 106%, valor de enorme relevo no que respeita ao rigor e cumprimento orçamental da receita do Município.

### RECEITA ORÇADA, LIQUIDADA E COBRADA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	LIQUIDADA	COBRADA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
Impostos Directos	34.737.969	42.802.080	37.502.080	2.764.111	108,0%
Impostos Indirectos	6.650.649	31.491.126	8.967.638	2.316.989	134,8%
Taxas Multas e Outras Penalidades	923.582	732.554	651.267	-272.315	70,5%
Rendimentos de Propriedade	44.704	431.558	431.558	386.854	965,4%
Transferências Correntes	13.805.956	13.972.171	13.972.171	166.215	101,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	22.026.632	39.862.550	22.397.825	371.193	101,7%
Outras Receitas Correntes	271.819	560.649	497.614	225.795	183,1%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>78.461.311</b>	<b>129.852.687</b>	<b>84.420.153</b>	<b>5.958.842</b>	<b>107,6%</b>
Venda de Bens de Investimento	1.347.149	900.000	900.000	-447.149	66,8%
Transferências de Capital	3.711.149	3.724.964	3.336.720	-374.429	89,9%
Passivos Financeiros	31.296.162	31.296.162	31.296.162	0	100,0%
Outras Receitas de Capital	140.477	29.928	29.928	-110.549	21,3%
<b>Receitas Capital</b>	<b>36.494.937</b>	<b>35.951.053</b>	<b>35.562.809</b>	<b>-932.128</b>	<b>97,4%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	34.914	12.570	12.570	-22.344	36,0%
SGA - Saldo da Gerência Anterior	8.911.301	8.911.301	8.911.301	0	100,0%
<b>Total</b>	<b>123.902.463</b>	<b>174.727.612</b>	<b>128.906.833</b>	<b>5.026.714</b>	<b>104,0%</b>
(-) Passivos Financeiros e SGA	-40.207.463	-40.207.463	-40.207.463	0	0,0%
<b>Total (*)</b>	<b>83.695.000</b>	<b>134.520.149</b>	<b>88.699.370</b>	<b>5.004.370</b>	<b>106,0%</b>

O grau de execução da receita corrente foi de 107,6%, tendo como contribuição significativa a execução dos impostos diretos (108%) e indiretos (134%), evidenciando um desvio positivo no montante de 2,7M€ e 2,3M€ respetivamente.

No que respeita aos valores cobrados, em relação à receita de capital, o grau de execução foi de 97,4%. Estamos perante uma ótima execução, onde não foram alcançados os 100%, em parte devido à não concretização de venda de todos os bens de investimento, conforme previsto inicialmente.

## EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL

No ano de 2016 a receita total arrecadada, registou um aumento de 52,5%, cerca de (+) 44,3M€, face ao ano de 2015.

### EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL COBRADA

DESIGNAÇÃO	2016		2015		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	η
Impostos Directos	37.502.080	29,1%	36.253.818	42,9%	1.248.262	3,4%
Impostos Indirectos	8.967.638	7,0%	13.660.038	16,2%	-4.692.400	-34,4%
Taxas Multas e Outras Penalidades	651.267	0,5%	617.954	0,7%	33.313	5,4%
Rendimentos de Propriedade	431.558	0,3%	43.469	0,1%	388.089	892,8%
Transferências Correntes	13.972.171	10,8%	13.798.499	16,3%	173.672	1,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	22.397.825	17,4%	13.554.636	16,0%	8.843.189	65,2%
Outras Receitas Correntes	497.614	0,4%	371.645	0,4%	125.969	33,9%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>84.420.153</b>	<b>65,5%</b>	<b>78.300.060</b>	<b>92,6%</b>	<b>6.120.093</b>	<b>7,8%</b>
Venda de Bens de Investimento	900.000	0,7%	900.000	1,1%	0	0,0%
Transferências de Capital	3.336.720	2,6%	1.752.161	2,1%	1.584.558	90,4%
Passivos Financeiros	31.296.162	24,3%	0	0,0%	31.296.162	
Outras Receitas de Capital	29.928	0,0%	124.950	0,1%	-95.022	-76,0%
<b>Receitas Capital</b>	<b>35.562.809</b>	<b>27,6%</b>	<b>2.777.111</b>	<b>3,3%</b>	<b>32.785.698</b>	<b>1180,6%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.570	0,0%	56.303	0,1%	-43.733	-77,7%
SGA - Saldo da Gerência Anterior	8.911.301	6,9%	3.413.621	4,0%	5.497.681	161,1%
<b>Total</b>	<b>128.906.833</b>	<b>100,0%</b>	<b>84.547.094</b>	<b>100,0%</b>	<b>44.359.739</b>	<b>52,5%</b>

Importa referir que devido ao necessário ajustamento do enquadramento económico, das rubricas de Saneamento e de Resíduos Sólidos, estas deixaram de ser enquadradas como um imposto direto e passaram a ser englobadas em prestação de serviços, originando assim uma variação atípica na rubrica de impostos indiretos e na de venda de bens e serviços correntes.

Por forma a permitir uma análise comparativa da receita arrecadada em 2016, com o exercício anterior, assim como o contributo de cada rubrica, na receita total, através do mapa seguinte, é possível evidenciar a real variação da receita cobrada, excluindo a receita proveniente de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior.

## EVOLUÇÃO DAS RECEITAS EXECUTADAS (EXCLUINDO PCO E SGA)

## EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL COBRADA - EXCLUINDO PASSIVOS FINANCEIROS E SGA

DESIGNAÇÃO	2016		2015		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Impostos Directos	37.502.080	42,3%	36.253.818	44,7%	1.248.262	3,4%
Impostos Indirectos	8.967.638	10,1%	13.660.038	16,8%	-4.692.400	-34,4%
Taxas Multas e Outras Penalidades	651.267	0,7%	617.954	0,8%	33.313	5,4%
Rendimentos de Propriedade	431.558	0,5%	43.469	0,1%	388.089	892,8%
Transferências Correntes	13.972.171	15,8%	13.798.499	17,0%	173.672	1,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	22.397.825	25,3%	13.554.636	16,7%	8.843.189	65,2%
Outras Receitas Correntes	497.614	0,6%	371.645	0,5%	125.969	33,9%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>84.420.153</b>	<b>95,2%</b>	<b>78.300.060</b>	<b>96,5%</b>	<b>6.120.093</b>	<b>7,8%</b>
Venda de Bens de Investimento	900.000	1,0%	900.000	1,1%	0	0,0%
Transferências de Capital	3.336.720	3,8%	1.752.161	2,2%	1.584.558	90,4%
Passivos Financeiros						
Outras Receitas de Capital	29.928	0,0%	124.950	0,2%	-95.022	-76,0%
<b>Receitas Capital</b>	<b>4.266.648</b>	<b>4,8%</b>	<b>2.777.111</b>	<b>3,4%</b>	<b>1.489.536</b>	<b>53,6%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.570	0,0%	56.303	0,1%	-43.733	-77,7%
SGA - Saldo da Gerência Anterior						
<b>Total</b>	<b>88.699.370</b>	<b>100,0%</b>	<b>81.133.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.565.897</b>	<b>9,3%</b>

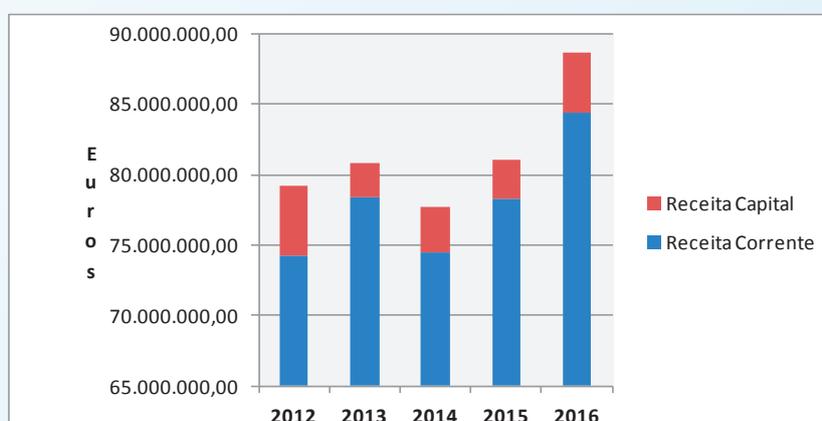
Como se pode constatar, no decorrer do exercício de 2016, a receita cobrada, excluindo passivos financeiros e saldo da gerência anterior, registou um acréscimo de 9,3%, cerca de 7,5M€, comparativamente ao exercício anterior.

Para este acréscimo, foram importantes as receitas dos impostos directos, e das transferências de capital.

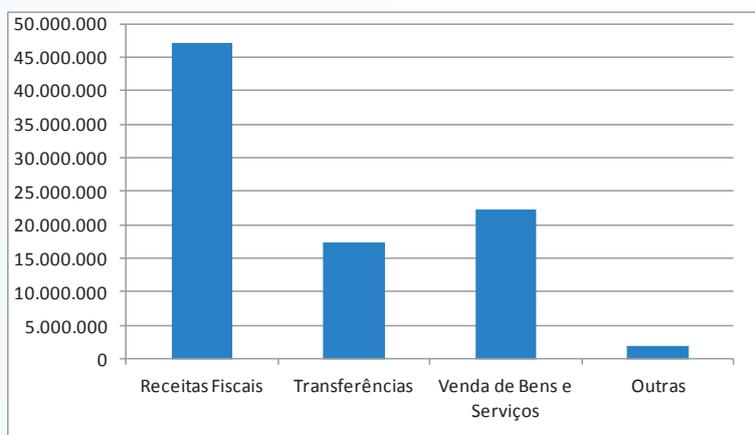
Os impostos directos, continuam a ser as receitas com maior expressão na receita total. Em 2016 representaram 42%, embora se verifique um aumento deste tipo de receita, na ordem dos 1,2M€, relacionando o seu contributo na receita global, comparativamente ao exercício de 2015, uma variação de (-) 2%, comparativamente aos 44% registados em 2015.

No que respeita às transferências de capital, é de destacar a arrecadação de receita correspondente a projetos cofinanciados, relativa à construção da escola EB/JI dos Redondos, ainda em overbooking do anterior Quadro Comunitário 2007-2013.

## RECEITA CORRENTE VS RECEITA CAPITAL



## DISTRIBUIÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS



No ano 2016, as receitas fiscais continuam a ser a principal fonte de receita do Município, mantendo o mesmo nível percentual, em relação à receita global, excluindo passivos e SGA.

## EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita total, cerca de 53%.

DESIGNAÇÃO	2016				2015	
	ORÇADA	EXECUTADA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO	EXECUTADA	VARIAÇÃO
Imposto Municipal s/Imóveis (IMI)	26.100.000	26.771.110	671.110	102,6%	27.210.264	-439.154
Imposto Único de Circulação (IUC)	3.400.000	3.304.356	-95.644	97,2%	3.277.680	26.676
Imposto Municipal s/Transm.O.Imóveis (IMT)	4.000.000	6.129.445	2.129.445	153,2%	4.315.472	1.813.973
Derrama	1.200.000	1.281.300	81.300	106,8%	1.450.402	-169.103
Impostos Abolidos	10.802	0	-10.802	0,0%	0	0
Outros Impostos	27.167	15.869	-11.298	58,4%	0	15.869
<b>Impostos Directos</b>	<b>34.737.969</b>	<b>37.502.080</b>	<b>2.764.111</b>	<b>108,0%</b>	<b>36.253.818</b>	<b>1.248.262</b>
Loteamentos e Obras	5.053.437	6.520.385	1.466.948	129,0%	3.650.558	2.869.827
Ocupação da Via Pública	801.852	1.390.358	588.506	173,4%	578.901	811.457
Publicidade	185.877	330.272	144.395	177,7%	200.692	129.580
Outros	609.483	609.491	8	100,0%	156.248	453.243
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>6.650.649</b>	<b>8.850.506</b>	<b>2.199.857</b>	<b>133,1%</b>	<b>4.586.399</b>	<b>4.264.108</b>
Juros de Mora	800.000	482.314	-317.686	60,3%	534.307	-51.993
Juros Compensatórios	95.582	20.047	-75.535	21,0%	22.053	-2.006
Coimas e Penalidades por contra-ordenações	25.000	133.355	108.355	533,4%	55.679	77.676
Multas e Penalidades Diversas	3.000	15.551	12.551	518,4%	5.915	9.635
<b>Taxas Multas e Outras Penalidades</b>	<b>923.582</b>	<b>651.267</b>	<b>-272.315</b>	<b>70,5%</b>	<b>617.954</b>	<b>33.313</b>
<b>Total</b>	<b>42.312.200</b>	<b>47.003.852</b>	<b>4.691.652</b>	<b>111,1%</b>	<b>41.458.171</b>	<b>5.545.682</b>

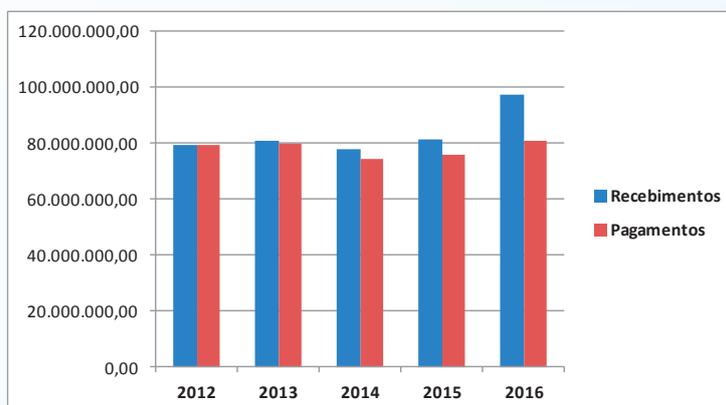
Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, com uma execução global acima do valor previsto em orçamento, com exceção do IUC, que revela uma execução de 97%,

No seu conjunto evidenciaram um aumento de 1,2M€, comparativamente ao ano de 2015, ou seja mais 3,4%, sendo de realçar a variação negativa do IMI, na ordem dos 0,5M€.

No que respeita aos impostos indiretos, com uma execução excepcional, na ordem dos 133%, demonstraram um aumento de receita arrecadada, no montante de 4,2M€, comparativamente ao exercício de 2015, sendo de realçar a emissão de seis novos alvarás urbanísticos de valor significativo. Todas as rubricas evidenciam uma execução acima da previsão. Em relação às taxas, multas e outras penalidades, o valor arrecadado corresponde a um grau de execução de apenas 70%, ainda assim, a receita registada nesta rubrica apresenta um comportamento positivo, comparativamente ao exercício anterior.

## EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS ORÇAMENTAIS

Excluindo Receita do PCO



Na análise à relação dos recebimentos e pagamentos, fica evidenciada a tendência positiva, da receita em relação aos pagamentos.

## ANÁLISE DA DESPESA

### Execução Orçamental da Despesa

A execução orçamental da despesa situou-se nos 90,6%. Expurgando a despesa relacionada com a renegociação do empréstimo do PCO, traduzida na redução do spread, nos termos do Orçamento de Estado para 2016, teríamos um grau de execução orçamental, na ordem dos 87,4%.

#### 2016 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	REALIZADA	PAGA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO	DESPESA REALIZADA E NÃO PAGA
Despesas com Pessoal	34.306.930	32.797.968	32.434.828	-1.872.101	94,5%	363.140
Aquisição de Bens e Serviços	27.646.404	24.499.906	24.301.658	-3.344.746	87,9%	198.248
Juros e Outros Encargos	2.125.440	2.040.784	2.040.784	-84.657	96,0%	0
Transferências Correntes	1.168.959	1.034.033	996.695	-172.264	85,3%	37.338
Outras Despesas Correntes	539.920	392.781	392.370	-147.550	72,7%	411
<b>Despesas Correntes</b>	<b>65.787.653</b>	<b>60.765.471</b>	<b>60.166.335</b>	<b>-5.621.318</b>	<b>91,5%</b>	<b>599.136</b>
Aquisição de Bens de Capital	9.974.432	5.237.969	4.942.218	-5.032.214	49,5%	295.751
Transferências de Capital	5.078.425	4.172.712	4.125.333	-953.091	81,2%	47.378
Activos Financeiros	517.451	517.451	517.451	0	100,0%	0
Passivos Financeiros	37.730.409	37.730.107	37.730.107	-302	100,0%	0
Outras Despesas de Capital	4.814.094	4.717.161	4.717.161	-96.932	98,0%	0
<b>Despesas de Capital</b>	<b>58.114.810</b>	<b>52.375.400</b>	<b>52.032.271</b>	<b>-6.082.539</b>	<b>89,5%</b>	<b>343.129</b>
<b>Total</b>	<b>123.902.463</b>	<b>113.140.871</b>	<b>112.198.606</b>	<b>-11.703.857</b>	<b>90,6%</b>	<b>942.265</b>
(-) Renegociação PCO	-31.296.163	-31.296.163	-31.296.163			
<b>Total (*)</b>	<b>92.606.300</b>	<b>81.844.708</b>	<b>80.902.443</b>	<b>-11.703.857</b>	<b>87,4%</b>	<b>942.265</b>

(\*) Total expurgado das despesas no âmbito da renegociação do empréstimo do PCO

O grau de execução orçamental das despesas correntes, situou-se em 91,5%, em que as despesas com pessoal continuaram a contribuir de forma significativa para esta percentagem.

Por sua vez, as despesas de capital evidenciam uma execução de 89,5%. No entanto, excluindo os cerca de 32M€ da renegociação do PCO, a sua execução situa-se nos 77%.

### Evolução da Despesa

No decorrer do ano de 2016, foram registados pagamentos no valor total de 80,9M€, excluindo 31,2M€ de empréstimo do PCO, representando mais 7%, em relação ao exercício anterior, ou seja, cerca de 5 M€.

Por sua vez, os valores comprometidos em 2016, na ordem dos 86,2M€ (excluindo PCO), apresentam um aumento de 10%, relativamente ao ano de 2015.

#### EVOLUÇÃO DA DESPESA GLOBAL COMPROMETIDA E PAGA

DESIGNAÇÃO	COMPROMETIDO EM 2016		COMPROMETIDO EM 2015		VARIAÇÃO	PAGO 2016		PAGO 2015		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	<	VALOR	%	VALOR	%	<
Despesas com Pessoal	32.977.920	28%	33.383.594	43%	-1,2%	32.434.828,22	29%	32.827.139,61	43%	-1,2%
Aquisição de Bens e Serviços	25.475.962	22%	19.180.517	24%	32,8%	24.301.658,16	22%	18.387.545,24	24%	32,2%
Juros e Outros Encargos	2.040.786	2%	3.290.022	4%	-38,0%	2.040.783,59	2%	2.974.340,04	4%	-31,4%
Transferências Correntes	1.065.472	1%	832.075	1%	28,1%	996.695,08	1%	818.518,66	1%	21,8%
Outras Despesas Correntes	418.743	0%	333.137	0%	25,7%	392.370,05	0%	311.747,19	0%	25,9%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>61.978.882</b>	<b>53%</b>	<b>57.019.345</b>	<b>73%</b>	<b>8,7%</b>	<b>60.166.335,10</b>	<b>54%</b>	<b>55.319.290,74</b>	<b>73%</b>	<b>8,8%</b>
Aquisição de Bens de Capital	7.690.089	7%	2.634.838	3%	191,9%	4.942.218,42	4%	1.803.809,96	2%	174,0%
Transferências de Capital	4.899.448	4%	4.253.637	5%	15,2%	4.125.333,45	4%	4.198.245,36	6%	-1,7%
Activos Financeiros	517.451	0%	517.451	1%	0,0%	517.451,00	0%	517.451,00	1%	0,0%
Passivos Financeiros	37.730.107	32%	5.550.438	7%	579,8%	37.730.106,94	34%	5.440.476,98	7%	593,5%
Outras Despesas de Capital	4.726.092	4%	8.364.826	11%	-43,5%	4.717.161,39	4%	8.358.626,96	11%	-43,6%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>55.563.187</b>	<b>47%</b>	<b>21.321.190</b>	<b>27%</b>	<b>160,6%</b>	<b>52.032.271,20</b>	<b>46%</b>	<b>20.318.610,26</b>	<b>27%</b>	<b>156,1%</b>
<b>Total</b>	<b>117.542.069</b>	<b>100%</b>	<b>78.340.535</b>	<b>100%</b>	<b>50,0%</b>	<b>112.198.606,30</b>	<b>100%</b>	<b>75.637.901,00</b>	<b>100%</b>	<b>48,3%</b>
(-) Despesa PCO	-31.296.163					-31.296.163				
<b>Total</b>	<b>86.245.906</b>		<b>78.340.535</b>		<b>10,1%</b>	<b>80.902.443,30</b>		<b>75.637.901,00</b>		<b>7,0%</b>

As despesas correntes, representam 54% do total dos pagamentos. Em relação às despesas de capital, estas possuem um peso de 46%, no entanto, retirando o efeito do PCO, estas percentagens situam-se em 72% e 28% respetivamente, ficando equiparadas ao ano anterior face ao total.

## INDICADORES ORÇAMENTAIS

Rácios	Exercícios							
	2013		2014 (excluindo PCO)		2015		2016 (excluindo PCO)	
<u>Despesas com Pessoal</u>	<u>32.664.712</u>	40,83%	<u>32.811.186</u>	44,04%	<u>32.827.140</u>	43,40%	<u>32.434.828</u>	40,09%
Despesas Totais	79.998.309		74.502.789		75.637.901		80.902.443	
<u>Despesas com Pessoal</u>	<u>32.664.712</u>	41,68%	<u>32.811.186</u>	44,05%	<u>32.827.140</u>	41,92%	<u>32.434.828</u>	38,42%
Receitas Correntes	78.361.152		74.477.900		78.300.060		84.420.153	
<u>Despesas Correntes</u>	<u>61.799.583</u>	78,87%	<u>55.147.561</u>	74,05%	<u>55.319.291</u>	70,65%	<u>60.166.335</u>	71,27%
Receitas Correntes	78.361.152		74.477.900		78.300.060		84.420.153	
<u>Despesas Capital</u>	<u>18.198.726</u>	748,54%	<u>19.355.228</u>	53,02%	<u>20.318.610</u>	731,65%	<u>52.032.271</u>	1219,51%
Receitas Capital	2.431.235		36.506.819		2.777.111		4.266.648	
<u>Investimentos</u>	<u>4.517.377</u>	5,59%	<u>3.291.951</u>	4,18%	<u>1.803.810</u>	2,13%	<u>4.942.218</u>	5,06%
Receitas Totais	80.835.117		78.693.768		84.547.094		97.610.672	
<u>Investimentos</u>	<u>4.517.377</u>	24,82%	<u>3.291.951</u>	17,01%	<u>1.803.810</u>	8,88%	<u>4.942.218</u>	9,50%
Despesas Capital	18.198.726		19.355.228		20.318.610		52.032.271	
<u>Investimentos</u>	<u>4.517.377</u>	5,65%	<u>3.291.951</u>	4,42%	<u>1.803.810</u>	2,38%	<u>4.942.218</u>	6,11%
Despesas Totais	79.998.309		74.502.789		75.637.901		80.902.443	

## Regra do Equilíbrio Orçamental

Sem detrimento do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

DESIGNAÇÃO	VALOR
1 RECEITA CORRENTE BRUTA COBRADA	84.421.175,00
2 DESPESA CORRENTE PAGA	60.166.335,00
3=1-2 SALDO CORRENTE	24.254.840,00
4 AMORTIZAÇÃO MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS MLP	6.525.124,00
5=3-4 <b>Excedente Anual</b>	<b>17.729.716,00</b>

Para além do excelente desempenho financeiro do Município, evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda em 2016, o equilíbrio orçamental, com um excedente de 17,7M€.

### Juntas de Freguesias

As transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução para a concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal do Seixal nas Juntas de freguesias e da delegação contratual de competências – contratos interadministrativos, tiveram a seguinte execução:

FREGUESIA	PAGAMENTOS
FREGUESIA DE AMORA	382.570
FREGUESIA DE CORROIOS	358.949
FREGUESIA DE FERNÃO FERRO	262.703
UNIAO DE FREGUESIAS DE SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	522.086
<b>TOTAL PAGO</b>	<b>1.526.308</b>

### MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O montante relativo a todos os recebimentos e pagamentos efetuados no ano 2016, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o montante do saldo a transitar para a gerência seguinte.

### RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA

DESIGNAÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo Transitado de 2015	8.911.301,16	1.788.448,45	10.699.749,61
Receitas Arrecadadas	119.996.554,68	7.164.168,17	127.160.722,85
Despesas Pagas	112.198.606,30	6.818.301,78	119.016.908,08
<b>Saldo a Transitar para 2017</b>	<b>16.709.249,54</b>	<b>2.134.314,84</b>	<b>18.843.564,38</b>

Nota: Neste mapa as Receitas Arrecadadas incluem reembolsos e restituições

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2016, verifica-se que o saldo a transitar para a gerência seguinte é de 18,8M€, o qual se decompõem em 16,7M€ de saldo de operações orçamentais e 2,1M€ de saldo de operações de tesouraria.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### Análise do Balanço

O Balanço reflete a situação patrimonial da Autarquia, à data de encerramento do exercício, permitindo demonstrar a relação existente entre o Ativo (bens e direitos) e o Passivo e Capital Próprio (obrigações).

DESIGNAÇÃO	2016		2015		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Imobilizado	170.547.830	75,0%	141.537.981	75,7%	29.009.849	20,5%
Existências	516.097	0,2%	572.456	0,3%	-56.359	-9,8%
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo	6.080.163	2,7%	7.841.668	4,2%	-1.761.505	-22,5%
Disponibilidades	18.843.564	8,3%	10.699.750	5,7%	8.143.815	76,1%
Acréscimos e Diferimentos	31.431.553	13,8%	26.384.314	14,1%	5.047.239	19,1%
<b>Activo Líquido</b>	<b>227.419.207</b>	<b>100,0%</b>	<b>187.036.168</b>	<b>100,0%</b>	<b>40.383.038</b>	<b>21,6%</b>
Património	104.323.873	75,1%	104.109.206	110,5%	214.667	0,2%
Ajustamentos em Partes de Capital	78.151	0,1%	78.151	0,1%	0	0,0%
Reservas	6.066.390	4,4%	5.304.172	5,6%	762.218	14,4%
Doações	39.369.747	28,4%	11.383.983	12,1%	27.985.764	245,8%
Regularizações	0	0,0%	0	0,0%	0	
Resultados Transitados	-27.432.744	-19,8%	-41.914.890	-44,5%	14.482.146	-34,6%
Resultados Líquido do Exercício	16.449.571	11,8%	15.244.365	16,2%	1.205.207	7,9%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>138.854.989</b>	<b>100,0%</b>	<b>94.204.987</b>	<b>100,0%</b>	<b>44.650.002</b>	<b>47,4%</b>
Provisões para riscos e encargos	5.998.717	6,8%	3.242.467	3,5%	2.756.250	85,0%
Dívidas a Terceiros - mlp	59.814.236	67,5%	71.391.180	76,9%	-11.576.944	-16,2%
Dívidas a Terceiros-Curto Prazo	15.029.414	17,0%	11.879.085	12,8%	3.150.329	26,5%
Acréscimos e Diferimentos	7.721.850	8,7%	6.318.449	6,8%	1.403.401	22,2%
<b>Passivo</b>	<b>88.564.218</b>	<b>100,0%</b>	<b>92.831.182</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4.266.964</b>	<b>-4,6%</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>227.419.207</b>		<b>187.036.168</b>		<b>40.383.038</b>	<b>21,6%</b>

Na análise ao Balanço, constata-se um aumento do imobilizado, na ordem dos 20,5% que respeita essencialmente à reconciliação do registo das cedências ao Município do Seixal, provenientes de emissões de alvarás de loteamento.

O valor bruto das dívidas de terceiros corresponde ao montante de 48.409.285€, no entanto, de acordo com os critérios definidos no POCAL, encontram-se registadas provisões acumuladas para clientes de cobrança duvidosa, no montante de 42.329.122€, estando refletido no ativo líquido o montante de 6.080.163€.

De realçar o aumento das disponibilidades, em relação ao exercício anterior, no montante de 8,1M€.

No que respeita às provisões para riscos e encargos, estas revelam um aumento na ordem dos 2,7M€.

## ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados evidencia os resultados das operações económicas do Município, relacionando custos e proveitos incorridos no exercício.

DESIGNAÇÃO	2016		2015		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Custos e Perdas</b>						
Custo Mercad. Vendidas e Mat. Consumidas	498.219	0,7%	594.834	0,8%	-96.615	-16,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	25.149.327	33,6%	24.059.819	34,0%	1.089.508	4,5%
Pessoal	31.269.227	41,8%	30.920.505	43,7%	348.722	1,1%
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos	1.008.130	1,3%	657.870	0,9%	350.259	53,2%
Amortizações do Exercício	2.601.356	3,5%	2.561.237	3,6%	40.119	1,6%
Provisões do Exercício	7.084.656	9,5%	3.544.323	5,0%	3.540.333	99,9%
Outros Custos e Perdas Operacionais	655.181	0,9%	426.355	0,6%	228.826	53,7%
Custos e Perdas Financeiras	1.794.485	2,4%	2.597.235	3,7%	-802.750	-30,9%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.681.241	6,3%	5.407.633	7,6%	-726.392	-13,4%
<b>Total</b>	<b>74.741.822</b>	<b>100,0%</b>	<b>70.769.812</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.972.010</b>	<b>5,6%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	20.636.132	22,6%	10.916.789	12,7%	9.719.343	89,0%
Impostos e Taxas	45.901.973	50,3%	50.313.559	58,5%	-4.411.586	-8,8%
Varição da Produção	0	0,0%	0	0,0%	0	
Transferências e Subsídios Obtidos	15.949.513	17,5%	15.516.445	18,0%	433.069	2,8%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		0,0%		0,0%	0	
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.878.105	3,2%	2.407.575	2,8%	470.530	19,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.825.671	6,4%	6.859.809	8,0%	-1.034.138	-15,1%
<b>Total</b>	<b>91.191.393</b>	<b>100,0%</b>	<b>86.014.176</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.177.217</b>	<b>6,0%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>16.449.571</b>		<b>15.244.365</b>		<b>1.205.207</b>	<b>7,91%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2016, no montante de 74,7M€, apresentam no seu conjunto, uma variação positiva de 5,6%, relativamente ao exercício anterior.

Os custos com pessoal representam 41,8% dos custos totais do Município. Em relação aos fornecimentos e serviços externos, estes demonstram um aumento de 4,5%, correspondente a mais 1M€, comparativamente ao exercício de 2015.

Os proveitos e ganhos, situaram-se nos 91,11M€, verificando-se um aumento de 6% em comparação com o exercício de 2015.

O resultado líquido do exercício, no montante de 16,4M€, evidencia um aumento de 7,9%, em relação ao resultado anterior.

Analisando os restantes resultados, é de destacar o resultado financeiro, que passou a apresentar um valor positivo, e de enaltecer a continuidade dos restantes resultados muito positivos.

RESUMO	2016	2015	VARIACÃO	
			VALOR	%
RESULTADOS OPERACIONAIS	14.221.521	13.981.849	239.672	1,7%
RESULTADOS FINANCEIROS	1.083.620	-189.660	1.273.281	671,3%
RESULTADOS CORRENTES	15.305.142	13.792.189	1.512.953	11,0%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>16.449.571</b>	<b>15.244.365</b>	1.205.206,57	7,9%

## RÁCIOS

RÁCIOS	2016			2015		
<b>Liquidez Imediata</b>						
Disponibilidades/Exigível a cp	18.843.564	15.029.414	1,254	10.699.750	11.879.085	0,901
<b>Liquidez Geral</b>						
Capital Circulante/Exigível a cp	25.439.824	15.029.414	1,693	19.113.874	11.879.085	1,609
<b>Solvabilidade</b>						
Fundos Próprios/Ativo	138.854.989	227.419.207	0,61	94.204.987	187.036.168	0,50

DÍVIDA GLOBAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GLOBAL - EXCLUINDO FAM E CUSTOS DIFERIDOS DE RENDAS

DÍVIDA FINANCEIRA	2012	VARIAÇÃO	2013	VARIAÇÃO	2014	VARIAÇÃO	2015	VARIAÇÃO	2016
Empréstimos MLP	39.530.475	-5.121.655	34.408.820	-3.477.092	30.931.728	-3.527.847	27.403.881	-3.452.358	23.951.522
Plano Consolidação	0	0	0	33.334.459	33.334.459	-1.912.630	31.421.829	-2.981.587	28.440.242
<b>SUB- TOTAL</b>	<b>39.530.475</b>	<b>-5.121.655</b>	<b>34.408.820</b>	<b>29.857.367</b>	<b>64.266.187</b>	<b>-5.440.477</b>	<b>58.825.710</b>	<b>-6.433.945</b>	<b>52.391.764</b>
DÍVIDA COMERCIAL	2012	VARIAÇÃO	2013	VARIAÇÃO	2014	VARIAÇÃO	2015	VARIAÇÃO	2016
Fornecedores	59.729.062	-4.024.280	55.704.781	-32.733.506	22.971.275	-3.860.618	19.110.658	-4.330.170	14.780.487
Fornecedores - Imobilizado	1.258.418	-120.000	1.138.417	-1.091.951	46.466	803	47.269	114.474	161.744
Outros Credores	4.252.385	345.711	4.598.096	-1.942.461	2.655.634	-473.714	2.181.921	-702.211	1.479.709
<b>SUB- TOTAL</b>	<b>65.239.864</b>	<b>-3.798.569</b>	<b>61.441.295</b>	<b>-35.767.919</b>	<b>25.673.376</b>	<b>-4.333.529</b>	<b>21.339.847</b>	<b>-4.917.907</b>	<b>16.421.940</b>
<b>TOTAL</b>	<b>104.770.339</b>	<b>-8.920.224</b>	<b>95.850.114</b>	<b>-5.910.552</b>	<b>89.939.563</b>	<b>-9.774.006</b>	<b>80.165.557</b>	<b>-11.351.852</b>	<b>68.813.704</b>
<b>REDUÇÃO ACUMULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 / 14 / 15 / 16</b>									<b>-35.956.634</b>

No final do exercício, a dívida total ascendia a 68,8M€ (excluindo o montante de 2.587.257,39€, referente à obrigação legal de contribuição para o FAM, e 3.442.689,03€, correspondentes ao reconhecimento de custos diferidos, das rendas futuras, relativas ao período que decorre até ao momento em que o Município pode acionar a opção de compra, conforme estipulado no contrato, registando uma diminuição de 11,3M€, significando menos 14,16% em relação à dívida existente em 2015.

De realçar a diminuição acumulada da dívida, com referência ao exercício de 2012, em 35,9M€.

**Serviço da Dívida**

O serviço da dívida, no montante de 7,5M€, manteve o mesmo nível do exercício de 2015, sendo de realçar a enorme diminuição da componente de juros, demonstrativo do enorme trabalho efetuado pelo Município, no que respeita às renegociações dos empréstimos do PCO, em relação à redução do spread.

SERVIÇO DA DÍVIDA MLP	2016	2015	VARIAÇÃO
Juros	1.158.914	2.378.391	-51,3%
Amortizações	6.433.945	5.440.477	18,3%
<b>TOTAL</b>	<b>7.592.860</b>	<b>7.818.868</b>	<b>-2,9%</b>

### Limite da Dívida Total

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 52º, define que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O quadro abaixo, evidencia a situação do Município em 31 de dezembro de 2016.

Limite	Dívida Total		Margem	Margem
	Início	Final	Absoluta	Utilizável
1	2	3	4 = 1-2	5 = 4* 20%
115.569.556	78.377.188	66.703.193	37.192.368	7.438.474

No início de 2016, o limite da dívida total ascendeu a 115,5M€, considerando a dívida total no início do ano, no montante de 78,3M€ se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até 7,4M€.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais, excluindo o FAM, e incluindo a das entidades que revelam para este efeito (existem algumas entidades sem informação disponível), reduziu cerca de 11,6M€.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 16.449.571,24€ seja aplicado da seguinte forma:

- 822.478,56€ para Reservas Legais
- 15.627.092,68€ para Resultados Transitados

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que abaixo se descrevem, visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras.

#### Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município do Seixal consta dos documentos de prestação de contas.

#### Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Com a publicação do POCAL, - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais assistimos a uma profunda alteração dos procedimentos contabilísticos, pois de um sistema de contabilidade unicamente orientado para a óptica orçamental, passou a ser exigido um sistema de contabilidade orientado, também, para a ótica patrimonial, económica e de custos, ou seja, uma contabilidade pública que incorpora a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de taxas, tem sido objeto de uma constante melhoria, por forma a ser completamente implementada.

## BALANÇO

### Imobilizado

Com a adoção do POCAL, os Municípios iniciaram o processo de identificação e valorização dos seus ativos e passivos.

Em relação ao processo de inventariação de todo o imobilizado, registam-se evoluções significativas, no entanto, considerando que estamos perante um processo de extrema complexidade e de enorme volume, ainda não foi possível concluir toda a inventariação dos bens imóveis.

Assim sendo, o Património e o Balanço estão afetados negativamente, devido a não contemplarem, ainda, todos os bens por inventariar.

No quadro abaixo, podemos verificar a evolução do imobilizado líquido do Município, no exercício de 2016, comparativamente ao exercício de 2015.

Imobilizado	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Dominio Público	21.466.588	48.733.068	27.266.479	127,0%
Imobilizações Incopóreas	491.184	465.635	-25.549	-5,2%
Imobilizações Corpóreas	112.273.750	111.020.358	-1.253.392	-1,1%
Investimentos Financeiros	7.306.458	10.328.769	3.022.311	41,4%
<b>Total</b>	<b>141.537.981</b>	<b>170.547.830</b>	<b>29.009.849</b>	<b>162,1%</b>

### Bens de Domínio Público

No âmbito das cedências ao Município do Seixal, provenientes de emissões de alvarás, foram registadas nas demonstrações financeiras as áreas a integrar no domínio público. Na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método estabelecido pela ATA - Autoridade Tributária e Aduaneira, em conformidade com o Regulamento Municipal de Compensações. Para o efeito foi solicitada a colaboração da Comissão Municipal de Avaliação do Património Fundiário. Este ajustamento contempla o processo de conciliação, provenientes de emissões de alvarás, conforme quadro abaixo:

Alvará de Loteamento	DESIGNAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA DOMINIO PÚBLICO	Nº Inv.	ÁREA (m2) (Constante no Alvará)	VALOR
1/2016	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1555	24.438,00	88.417
	Espaço Verde - utilidade colectiva - urbanos	1556	225,00	16.281
	Espaço Verde - utilidade colectiva - NATO	1557	23.409,00	1.693.875
	Equipamento de utilização colectiva	1558	877,00	97.728
2/2016	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1559	9.072,83	38.294
	Espaço Verde - utilização colectiva	1560	1.002,47	84.629
3/2016	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1561	17,63	74
3/2015 e aditamento nº 1/2016	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1562	7.675,70	31.242
2/1987	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1569	1.587,50	5.477
13/2005 e Aditamento 1/2013	Arruamentos e estacionamento	1573	71.386,00	269.036
	Passeios	1574	28.884,00	108.857
	Área verde integral	1575	279.508,00	21.067.916
	Equipamento	1576	34.650,00	4.022.085
<b>Total Geral</b>			<b>482.733,13</b>	<b>27.523.910</b>

### Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição. A variação negativa está relacionada com a aplicação das taxas de amortização.

### Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição. No quadro abaixo, são identificadas as imobilizações em curso que transitaram para imobilizado firme.

Imobilizado	Valor
EB 1/JI dos Redondos	2.005.975
EB 1 / JI Qtª dos Franceses	2.605.136
Oficina de Artes Manuel Cargaleiro	1.371.634
<b>Total</b>	<b>5.982.745</b>

### Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros representam participações do Município em diversas entidades. Nesta conta foram consideradas, também, as edificações urbanas e outras propriedades que não estão afetas à atividade operacional do Município, mas que originam rendimentos, designadamente habitações para arrendamento, excecionando-se as relativas a habitação social, e outras, conforme quadro abaixo.

Investimentos Financeiros	2015	2016
Amarsul	668.850	668.850
ADLVT	2.819.950	2.819.950
AERPAS	499	499
Madan Park	100.000	100.000
CDR	95.000	0
FAM	3.622.159	3.622.159
Terrenos e edifícios		2.771.460
Edifícios		345.850
<b>TOTAL</b>	<b>7.306.458</b>	<b>10.328.769</b>

### Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril. Verificamos que as amortizações se mantêm ao mesmo nível do exercício anterior.

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Bens do Dominio Público	318.313	318.617	304	0,
Imobilizações Incopóreas	59.207	51.762	-7.445	-12,
Imobilizações Corpóreas	2.183.717	2.230.977	47.260	2,
Investimentos em Imóveis	0	4.904	4.904	
<b>Total</b>	<b>2.561.237</b>	<b>2.606.260</b>	<b>45.023</b>	<b>1,</b>

### Existências

As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição, com suporte em documento de despesa.

Designação	Saldos		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Materiais Diversos	572.456	516.097	-56.359	-9,8%

### Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros, estão expressas pelos valores constantes nos documentos que as suportam. Sempre que ocorra uma dívida de clientes, contribuinte ou utente, cuja cobrança seja duvidosa, o montante em causa é transferido para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa.

#### CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES C/C

Designação	Saldos		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
<b>Clientes c/c</b>				
Venda de Bens e serviços correntes	5.598	8.052	2.454	43,84%
<b>Sub-Total</b>	<b>5.598</b>	<b>8.052</b>	2.454	43,84%
<b>Contribuintes c/c</b>				
Impostos Indiretos	1.311.833	496.672	-815.161	-62,14%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.311.833</b>	<b>496.672</b>	-815.161	-62,14%
<b>Utentes c/c</b>				
Prestações de serviços	28.732	44.917	16.185	56,33%
Rendas	75.867	180.055	104.188	137,33%
Dívidas de anos anteriores	880.640		-880.640	-100,00%
Dívidas do ano	2.278.561	2.699.234	420.673	18,46%
<b>Sub-Total</b>	<b>3.263.800</b>	<b>2.924.206</b>	<b>-339.594</b>	<b>-10,40%</b>
<b>Provisões</b>				
Cobranças Duvidosas	39.470.011	42.329.122	2.859.111	7,24%
<b>Sub-Total</b>	<b>39.470.011</b>	<b>42.329.122</b>	<b>2.859.111</b>	<b>7,24%</b>
<b>Total</b>	<b>44.051.242</b>	<b>45.758.052</b>	<b>1.706.810</b>	<b>3,87%</b>

#### OUTROS DEVEDORES

Designação	Saldos		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	2.577.727	2.539.323	-38.404	-1,5%
Devedores Diversos	94.398	111.909	17.511	18,6%
Devedores de Transferências p/ Autarquias Locais	417.930	0	-417.930	-100,0%
Cobrança p/ outras entidades	384	0	-384	-100,0%
<b>Total</b>	<b>3.090.439</b>	<b>2.651.232</b>	<b>-439.206</b>	<b>-14,2%</b>

## Disponibilidades

As disponibilidades, representadas pelo saldo de caixa e depósitos bancários, traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito em nome do Município.

Designação	2015	2016	Variação	
			Absoluta	%
Caixa	35.513	32.199	-3.314	-9%
Depósitos	10.664.237	18.811.366	8.147.129	76%
<b>Total</b>	<b>10.699.750</b>	<b>18.843.564</b>	<b>8.143.815</b>	<b>76,1%</b>

Os saldos das contas das diversas instituições financeiras, está decomposto da seguinte forma:

Instituições Financeiras	Montante
Caixa Geral De Depósitos, Sa	
- Conta nº 003507590000007583065	3.684.871
Banco Comercial Português, Sa	
- Conta nº 00330000000954150305	244.603
- Conta nº 00330000002345382505	5.950.270
- Conta nº 003300000025004272105	1.262.107
- Conta nº 003300000025004165405	385.846
- Conta nº 003300000025004349705	114.174
- Conta nº 003300004538731617305	2.790
Banco Bpi, Sa	
- Conta nº 001000002292988010156	3.489.142
Novo Banco, Sa	
- Conta nº 000702630007690000396	1.483.109
Banco Santander Totta , Sa	
- Conta nº 001800032351582802038	4.208
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	
- Conta nº 004554524025826803213	164.715
Caixa Económica Montepio Geral	
- Conta nº 003602029910007833823	2.025.530
<b>Total</b>	<b>18.811.366</b>

## Provisões

Têm como objetivo fazer face a riscos e encargos de natureza provável, mas que não correspondem a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes registados nas correspondentes rubricas do balanço.

As principais necessidades de registo de provisões estão relacionadas com as cobranças duvidosas, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam na situação de mora há mais de seis meses e cujo risco seja considerado de incobrabilidade.

De acordo com o estabelecido no POCAL, nomeadamente no ponto 2.7.1, as provisões são calculadas de acordo com a aplicação das seguintes percentagens, a saber:

- 50% para as dividas em mora no período compreendido entre 6 e 12 meses;
- 100% para as dívidas em mora num período superior a 12 meses.

De salientar que as dívidas em mora têm sido objeto de análise por parte de todas as unidades orgânicas, nesse sentido foram implementados procedimentos adicionais por forma a permitir a sua recuperação.

Em relação ao exercício foram criadas as seguintes provisões:

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Para cobrança duvidosas	2.336.720	4.137.017	1.800.297	77,0%
Processo judiciais em curso	954.876	1.087.428	132.552	13,9%
Outras provisões (*)	252.728	1.770.513	1.517.785	600,6%
Depreciação de existências	0	89.701	89.701	
Total	3.544.324	7.084.659	3.540.335	99,9%

(\*) Rendas de espaço não utilizado nos SOCMS

(\*) Notas debito juros ADLVT

As provisões para obrigações, riscos e encargos derivados de processos judiciais em curso, são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões poderão ser reduzidas sempre que ocorra a redução ou cessão do risco em questão, ou seja efetuado o pagamento do encargo derivado do processo judicial.

Estas provisões consideram o valor das responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, que o Município prevê suportar.

### Acréscimos e Diferimentos

O Município do Seixal regista os seus proveitos e custos em conformidade com o princípio da especialização do exercício, ou seja, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos, em cumprimento do princípio da especialização do exercício, com a concordância do ROC – Revisor Oficial de Contas, o Município do Seixal, vem dando continuidade ao reconhecimento do proveito do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, no exercício a que o mesmo corresponde.

Foram, ainda, reconhecidos os acréscimos de proveitos, cuja receita ocorreu em 2017, dos montantes referentes aos juros de mora do IMI e IMT, transferidos pela Autoridade Tributária, em janeiro de 2017, para o Município.

Designação	Saldos		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Juros Mora IMI de 2004 a 2016		1.387.354	1.387.354	100,0%
Juros IMT de 2007 a 2015		215.599	215.599	100,0%
Estimativa IMI 2016	26.239.777	26.000.000	-239.777	-0,9%
<b>Total</b>	<b>26.239.777</b>	<b>27.602.953</b>	<b>1.363.175</b>	<b>5,2%</b>

Na rubrica de acréscimos de custos estão registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a ocorrer em exercício seguinte, como é exemplo a estimativa dos montantes relativos aos encargos com férias (mês e subsídios de férias) acrescidos dos respetivos encargos sociais, com consequência dos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Designação	Saldos		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	3.639.003	3.663.376,94	24.374	0,7%
Seg. Social da entidade	0	81.745,30	81.745	100,0%
Outros Acréscimos de Custos	0	35.882,50	35.883	100,0%
<b>Total</b>	<b>3.639.003</b>	<b>3.781.005</b>	<b>142.002</b>	<b>3,9%</b>

Na rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes incluem-se os subsídios e transferências para investimento que o Município recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na respetiva rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, à medida que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que correspondem.

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Ecomuseu Municipal do Seixal - Moinho de Maré	626.888	617.779	-9.109	-1,5%
Rede Saneamento e Pavimentação Morgados - 3ª Fase	26.214	23.592	-2.622	-10,0%
Escola EB 2,3 Pedro Eanes Lobato	88.898	87.628	-1.270	-1,4%
Escola EB 2,3 Antonio Augusto Louro	5.877	5.793	-84	-1,4%
EB1/JI Quinta dos Franceses - Feder	779.633	769.156	-10.477	-1,3%
EB1/JI Nun'Álvares - Feder	392.505	387.275	-5.230	-1,3%
EB1 Quinta S. João	144.261	142.312	-1.949	-1,4%
Ampliação/Requalificação EB1/JI Pinhal de Frades	98.291	97.004	-1.287	-1,3%
Acç.Integr.Regener.Valoriz.Fr.Ribeirinha Sx.Arrent	516.880	451.707	-65.173	-12,6%
EB1/JI dos Redondos	0	1.236.494	1.236.494	100,0%
Req.Edifício Custódio Borja Casa Educador	0	80.449	80.449	100,0%
Antiga Fáb Cortiça Mundet: Reabilitação Edifícios	0	41.657	41.657	100,0%
<b>Total</b>	<b>2.679.447</b>	<b>3.940.846</b>	<b>1.261.399</b>	<b>47,1%</b>

Na rubrica de custos diferidos constam os pagamentos efetuados em dezembro de 2016, referente a despesas de 2017, como são os casos de seguros e rendas mensais.

Neste exercício, por recomendação do Tribunal de Contas e de acordo com a nossa interpretação e sugestão do nosso ROC – Revisor Oficial de Contas, foi registado o reconhecimento de custos diferidos, das rendas futuras, relativas ao período que decorre até ao momento em que o Município pode acionar as opções de compra, conforme estipulado nos contratos de arrendamento.

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Seguros de 2017	144.537	132.722	-11.815	-8,2%
Rendas de janeiro/2017	0	253.189	253.189	100,0%
Custos diferidos de rendas futuras	0	3.442.689	3.442.689	100,0%
<b>Total</b>	<b>144.537</b>	<b>385.911</b>	<b>241.374</b>	<b>167,0%</b>

### Fundos Próprios

No final do exercício os Fundos Próprios encontram-se constituídos da seguinte forma:

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Património	104.109.206	104.323.873	214.667	0,2%
Ajustamentos de partes de capital	78.151	78.151	0	0,0%
Reservas	16.688.155	45.436.138	28.747.983	172,3%
Resultados transitados	-41.914.890	-27.432.744	14.482.146	-34,6%
Resultado Líquido do exercício	15.244.364	16.449.571	1.205.207	7,9%
<b>Total</b>	<b>94.204.986</b>	<b>138.854.989</b>	<b>44.650.003</b>	<b>47,4%</b>

## PASSIVO

## Dividas a Terceiros – Médio e longo Prazo

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Dívidas a instituições de crédito	52.529.903	45.947.311	-6.582.592	-12,5%
ADSE	10.418.978	8.880.980	-1.537.998	-14,8%
ADLVT	5.855.042	2.916.139	-2.938.902	-50,2%
FAM	2.587.257	2.069.806	-517.451	-20,0%
Total	71.391.180	59.814.236	-11.576.944	-16,2%

## Dividas a Terceiros – Curto Prazo

Designação	Montantes		Variação	
	2015	2016	Absoluta	%
Dividas a instituições de crédito	6.295.806	6.444.453	148.647	2,4%
Fornecedores, c/c	2.836.638	1.649.812	-1.186.826	-41,8%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	214.301,16	214.301,16	100,00%
Clientes e utentes c/ cauções	34.981	36.799	1.818	5,2%
Fornecedores de imobilizado, c/c	47.269	161.744	114.474	242,2%
Estado e outros entes públicos	1.596.271	1.858.788	262.516	16,4%
Outros credores	1.064.119	4.663.518	3.599.399	338,3%
Fornecedores imobilizado - Facturas conferência	4.000	0	-4.000	-100,0%
Total	11.879.085	15.029.414	3.150.329	26,5%
Total (Excluindo custo diferido de rendas)	11.879.085	11.586.725	-292.360	-2,5%

Custo diferido de rendas = 3.442.689,03€

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### Resultados Operacionais

No que se refere a este tipo de resultado de importância significativa, verifica-se que o mesmo mantém um elevado e significativo um valor positivo, demonstrando um acréscimo relativamente ao exercício anterior, o qual revela uma elevada capacidade do Município em concretizar as suas competências, através de uma eficiente gestão de recursos, o que tem permitido a maximização dos proveitos e uma minimização dos custos.

Custos e perdas	2015	2016	Proveitos e Ganhos	2015	2016
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	0,00	0,00	Vendas e prestações de serviços:	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	Vendas de mercadorias	0,00	0,00
Matérias	594.833,53	498.218,77	Vendas de produtos	8.179.461,91	8.315.148,22
Fornecimentos e serviços externos	24.059.818,83	25.149.327,14	Prestações de serviços	2.737.327,04	12.320.983,43
Custos com o pessoal:	0,00	0,00	Impostos e taxas	50.313.558,75	45.901.972,74
Remunerações	24.138.217,35	24.322.901,70	Variação da produção	0,00	0,00
Encargos sociais	6.782.287,64	6.946.325,50	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	657.870,49	1.008.129,88	Proveitos suplementares	0,00	0,00
Amortizações do exercício	2.561.236,85	2.601.356,13	Transferências e subsídios obtidos	15.516.444,67	15.949.513,29
Provisões do exercício	3.544.323,38	7.084.656,13	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	426.355,25	655.180,97			
<b>Resultado Operacional</b>	<b>13.981.849,05</b>	<b>14.221.521,46</b>			
<b>Total</b>	<b>76.748.807,37</b>	<b>82.489.633,68</b>	<b>Total</b>	<b>76.746.792,37</b>	<b>82.487.617,68</b>

### Resultados financeiros

Quanto ao resultados financeiros, contrariamente ao valor do ano anterior em que o mesmo se apresentava negativo, no presente ano em análise, o mesmo atingiu um resultado bastante positivo, consequência da capacidade de diminuição da dívida financeira, através da amortização total de dois empréstimos de médio e longo prazo, junto da CGD, e do trabalho desenvolvido na renegociação das condições mais favoráveis para Município, no que respeita ao empréstimo no âmbito do Plano de Consolidação Orçamental, o que originou uma redução significativa ao nível do spread, originando a consequente redução de custos financeiros, pela segunda vez desde 2014:

Custos e perdas	2015	2016	Proveitos e Ganhos	2015	2016
Custos e perdas financeiras	2.597.234,92	1.794.484,50	Proveitos e ganhos financeiros	2.407.574,55	2.878.104,69
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-189.660,37</b>	<b>1.083.620,19</b>			
<b>Total</b>	<b>2.407.574,55</b>	<b>2.878.104,69</b>	<b>Total</b>	<b>2.407.574,55</b>	<b>2.878.104,69</b>

### Resultados Extraordinários

No que se refere aos resultados extraordinários, verificamos que os mesmos se mantêm ao nível do exercício anterior.

Custos e perdas	2015	2016	Proveitos e Ganhos	2015	2016
Custos e perdas extraordinárias	5.407.633,45	4.681.241,45	Proveitos e ganhos extraordinários	6.859.809,44	5.825.671,04
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1.452.175,99</b>	<b>1.144.429,59</b>			
<b>Total</b>	<b>6.859.809,44</b>	<b>5.825.671,04</b>	<b>Total</b>	<b>6.859.809,44</b>	<b>5.825.671,04</b>

